

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TATIANA KARENINA SANTOS FREIRE

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA A SAÚDE
FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS**

Aracaju – SE
2022

TATIANA KARENINA SANTOS FREIRE

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA A SAÚDE
FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS**

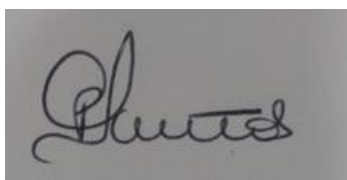
Trabalho de conclusão de curso apresentado em cumprimento às exigências do curso de Ciências Contábeis da Sociedade de Ensino Superior Amadeus como requisito para a obtenção de diploma do grau de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Lucas Silva Pedrosa

**Aracaju – SE
2022**

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA A SAÚDE FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS

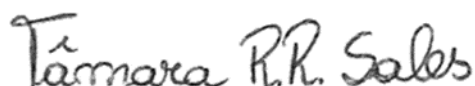
Trabalho de conclusão de curso apresentado em cumprimento às exigências do curso de Ciências Contábeis da Sociedade de Ensino Superior Amadeus como requisito para a obtenção de diploma do grau de Bacharela em Ciências Contábeis.



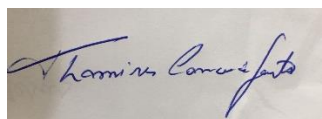
Profa. Esp. Rosy Cleide Santos (Coordenadora do Curso)



Prof. Me. Lucas Silva Pedrosa (Orientador)



Profa. Dra. Tâmara Regina Reis Sales (Avaliadora)



Profa. Esp. Thamires da Conceição Santos (Avaliadora)

Aracaju/SE

07 de dezembro de 2022

KARENINA SANTOS FREIRE, TATIANA
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA
PARA A SAÚDE FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS.
TATIANA KARENINA SANTOS FREIRE

Número de páginas (24 p); 30 cm

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).
Faculdade Amadeus, 2º Sem. 2022.
Orientador: Prof. Me. Lucas Silva Pedrosa.

Referencial Bibliográfico: p. 20.

Palavras-chave: Controle de fluxo de caixa. Pequenas empresas.
Saúde financeira.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA A SAÚDE FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS

Tatiana Karenina Santos Freire

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a importância do controle do fluxo de caixa para a saúde financeira das pequenas empresas. Como também, quais ferramentas utilizar para esse acompanhamento de fluxo, projeções de fluxo de caixa, funcionamento de entradas e saídas da organização empresarial de pequeno porte. A metodologia partiu de uma pesquisa bibliográfica, em que foram analisado documentos, artigos científicos, monografias entre outros arquivos encontrados em rede, por exemplo na *SciELO*, Google Acadêmico e periódicos da área de contabilidade. Assim, o controle do fluxo de caixa para a saúde financeira das pequenas empresas resulta em bons resultados, basicamente, o fluxo de caixa é essencial, pois denota a organização empresarial. Sem este método, não é possível calcular os recursos que entram e saem da empresa. O caixa pode ser imaginado como o instrumento que guarda o dinheiro recebido nas vendas. O trabalho contém 07 seções, incluindo a introdução.

Palavras-chave: Controle de fluxo de caixa. Pequenas empresas. Saúde financeira.

ABSTRACT

The present work aims to present the importance of controlling cash flow for the financial health of small companies. As well as, what tools to use for this flow tracking, cash flow projections, operation of inputs and outputs of the small business organization. The methodology will start from a bibliographic research, in which will be analyzed documents, scientific articles, monographs among other files found in network, such as in Scielo, Google Scholar and journals in the area of accounting. Thus, the control of cash flow to the financial health of small companies results in good results, basically, cash flow is essential, because it denotes the business organization. Without this method, you cannot calculate the resources that enter and depart from the company. The cashier can be imagined as the instrument that holds the money received in sales. The work will consist of 07 sections, including this introduction.

Key-words: Cash flow control. Financial health. Small businesses.

1 INTRODUÇÃO

As pequenas empresas enfrentam desafios no que diz respeito a sua capacidade de gestão e controle, principalmente devido a tender a ser o primeiro passo de uma atividade empreendedora pelos seus administradores, que podem não contar com muita experiência gerencial no seu quadro funcional. Desta forma, o controle financeiro é necessário para que possa existir o desenvolvimento e crescimento do negócio.

O controle financeiro é essencial para todas as organizações. Compreendê-lo permitirá que se tomem melhores decisões de investimentos e alocação de recursos.

A administração financeira é um componente essencial não só do curriculum escolar ou de um programa de treinamento profissional, mas também no exercício diário da atividade empreendedora (GITMAN, 1997).

Gitman (1997, p.4) orienta:

[...] finanças pode ser definida como a arte e ciência de administrar fundos. Em geral qualquer pessoa e organizações obtêm receitas ou levantam fundos, gastam ou investem. Finanças ocupa-se do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos.

Para empresas que buscam o crescimento, o controle financeiro através de uma boa gestão do fluxo de caixa deve ser considerado uma tarefa essencial, pois permite que os gestores vejam com clareza as mudanças financeiras da empresa. Por meio desse controle, pode-se ter uma sólida compreensão da saúde financeira das operações da empresa, para que seja possível prever ações de médio e longo prazo em busca do crescimento do negócio.

Conceitualmente, fluxo de caixa é um instrumento que conecta as saídas e entradas de recursos monetários em um determinado intervalo de tempo. A partir da preparação da tesouraria, é possível prever eventuais excedentes ou déficits de tesouraria, determinando as medidas corretas a tomar (NETTO; SILVA, 2006).

Uma visão completa e complementar da evolução da empresa é fornecida por sua previsão de caixa ou orçamento de caixa. Assim, o fluxo de caixa é um instrumento que permite identificar as entradas e saídas de caixa ao longo de um período de tempo da empresa e que permite identificar antecipadamente excedentes ou déficits de caixa.

Embora ainda não seja exigida pela lei para pequenas empresas, a demonstração de fluxo de caixa é muito importante. Se for necessário, focar na análise de uma empresa, em que a escolha certamente será na projeção de fluxo de caixa. Para empresas novas ou em fase de expansão, pode fazer a diferença entre sucesso e fracasso, já para outras, mostra seu comportamento, oferecendo possibilidade de detectar uma possível expansão ou estagnação.

Pivetta (2005, p. 2) ainda salienta que:

O fluxo de caixa é uma demonstração dinâmica, que oferece ao gerente financeiro uma bagagem de informações que o ajudará na tomada de decisões. Representa a previsão, o controle e o registro de entradas e saídas financeiras durante um determinado período, contendo informações sobre a vida financeira da empresa. Através dele, obtêm-se as informações sobre o estado de liquidez da empresa; como utilizar seus recursos por um determinado período; se há capacidade da empresa aplicar recursos e/ou se há necessidade de buscar um empréstimo.

Apesar disso, aparentemente poucas pequenas empresas se preocupam com o caixa, o que vem a ser uma desvantagem competitiva, pois no atual cenário econômico, a competição nos mercados é mais acirrada.

Nas pequenas empresas, devido à simplicidade de sua estrutura, que muitas vezes dispensa áreas, departamentos e seções, a principal contribuição do caixa é justamente para entender os efeitos das decisões tomadas, pela disponibilidade da empresa.

O fluxo de caixa é uma ferramenta que auxilia a tomada de decisões financeiras, pois reflete e prediz o que acontecerá às finanças da empresa em um determinado período. Para realizar uma gestão de caixa eficaz, o administrador financeiro deve ter controles sobre todas as transações financeiras. Portanto, é necessário ter uma gestão de caixa organizada, que permita ao administrador financeiro planejar diariamente e tomar as providências necessárias para fazê-lo mesmo com recursos próprios (GOMES; MORAES, 2012).

A ferramenta de caixa permitirá ao proprietário avaliar a geração de caixa do negócio, verificar a capacidade do negócio de honrar seus compromissos financeiros, avaliar as vendas realizadas, identificar quando deve reabastecer o estoque, a possibilidade de aproveitar as promoções de seus fornecedores e antecipar decisões com ou falta de liquidez. Instrumentos de gestão financeira permitem coletar informações sobre a empresa e, por meio desses dados,

realizar avaliações de fluxo de caixa, analisar a necessidade de capital de giro, controlar estoques e até mesmo verificar se a empresa teve lucro ou prejuízo (SILVA; VIEIRA, 2020).

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância do controle do fluxo de caixa para a saúde financeira das pequenas empresas. Como também, quais ferramentas utilizar para esse acompanhamento de fluxo, projeções de fluxo de caixa, funcionamento de entradas e saídas da organização empresarial de pequeno porte.

A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica, em que foram analisados documentos, artigos científicos, monografias entre outros arquivos encontrados em rede, por exemplo *SciELO*, Google Acadêmico e periódicos da área de contabilidade.

Assim, o trabalho contém 07 seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da metodologia; a terceira dos principais demonstrativos contábeis; a quarta seção sobre o fluxo de caixa e suas características; como também, dois subtópicos que falam sobre o regime de caixa e competência e o método direto e indireto de elaboração do demonstrativo do fluxo de caixa; a quinta seção aborda sobre a análise vertical e horizontal do fluxo de caixa; a sexta seção sobre o procedimento, benefícios e relevância, e, por fim, a última seção que são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada parte de uma pesquisa bibliográfica, em que foram fichados artigos científicos, documentos, monografias e periódicos encontrados em rede, tais como nas plataformas: *SciELO* e Google Acadêmico. Para a realização da pesquisa foram utilizadas as palavras-chaves: controle de fluxo de caixa; saúde financeira; pequenas empresas; lacunas financeiras, pontos de receita da empresa, entre outros.

O uso da pesquisa bibliográfica ou pesquisa de literatura, com o uso de citações diretas, indiretas e de caráter descritivo, fortaleceram as ideias propostas, pois, “a pesquisa bibliográfica é uma das etapas da investigação científica e — por ser um trabalho minucioso — requer tempo, dedicação e atenção por parte de quem resolve empreendê-la.” (PIZZANI, 2012, p. 53).

Foi realizado levantamento bibliográfico em que se buscou embasamento teórico, visando elucidar alguns conceitos, os quais norteiam a pesquisa, o estudo proposto trata-se de

uma pesquisa básica, porém enriquecedora. Foi verificado que com a ferramenta fluxo de caixa é possível analisar de forma clara e objetiva todas as receitas e despesas da empresa.

A pesquisa bibliográfica, segundo Prodanov e Freitas (2013) é

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

A pesquisa bibliográfica em questão é uma habilidade fundamental no ciclo de graduação, pois constitui a primeira etapa da atividade acadêmica. A pesquisa em laboratório ou em campo envolve pesquisa bibliográfica prévia. Neste caso, o uso da pesquisa bibliográfica, fortalece as ideias a serem propostas para a produção do trabalho final.

3 PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

As principais demonstrações contábeis podem ser delimitadas pelo BP (Balanço Patrimonial), a DRE/ DR (Demonstração de Resultados) e a DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), com suas definições pontuais para um breve conhecimento na área da gestão de negócios.

A sigla BP significa Balanço Patrimonial, é usado para mostrar a posição patrimonial financeira de uma organização durante um período de tempo. Apresenta os ativos e passivos, bem como o patrimônio líquido, obtido pela diferença entre o total de ativos e passivos. O patrimônio organizacional está no PL (Patrimônio Líquido), porém, a visão apresentada pelo PB (Balanço Patrimonial) é um retrato estático de um momento muito bem definido.

Segundo Macedo *et al.*, (2011, p. 305) o DOAR (Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos)

[...] tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumarizada as informações relativas às operações de investimento e financiamento de uma empresa, em determinado período, bem como alterações na posição financeira da empresa. Essa demonstração auxilia na compreensão de como e por que a posição financeira da empresa mudou de um período para outro.

A Demonstração de Resultado (DR) tem como objetivo mostrar como foi formada a rede do ano, o seu resultado líquido. Isso é feito comparando receitas, custos e despesas. Este documento apresenta um resumo de todos os resultados de um determinado período e pode ser utilizado como um indicador para auxiliar a decisão da empresa no setor financeiro.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é uma pesquisa cujo objetivo é mostrar como ocorreram as movimentações dos recursos disponíveis e como se comportou o Fluxo de Caixa durante o período considerado. Seu principal objetivo é fornecer subsídios para avaliar sua capacidade de gerar fluxos líquidos positivos.¹

Conforme Stickney e Weil (2012) as demonstrações contábeis buscam medir o rendimento das atividades de uma empresa, proporcionando informações sobre: A posição financeira (Balanço Patrimonial); Lucratividade (Demonstração do Resultado do Exercício); e a Capacidade de geração de caixa (Demonstração do Fluxo de caixa).

Como as demonstrações contábeis são relatórios que contêm uma grande quantidade de informações diferentes e detalhadas, a técnica conhecida como análise de demonstrações financeiras acaba por simplificar o processo, utilizando indicadores de contas, que se referem a duas ou mais, a fim de facilitar a análise. (DINIZ, 2015).

A análise das demonstrações contábeis também é mais antiga que a própria contabilidade. Se nos referirmos aos prováveis primórdios em sua forma primitiva, encontraremos os primeiros estoques de rebanho e a preocupação com a variação em suas riquezas. (MARION, 2010).

Assim, Matarazzo (2010) argumenta que a análise das demonstrações contábeis ou financeiras foi aceita em 1895, a diretoria da State Banking Association de Nova York decidiu exigir que os mutuários tivessem declarações escritas e assinadas de seus ativos e passivos. Este mesmo Conselho, cinco anos depois, publicou um formulário que incluía um espaço para inserir os dados do balanço da entidade solicitante do crédito do financiador.

¹ DRE, BP e DFC: o que é? **Meu Sucesso**. Disponível em:< <https://meusuccesso.com/artigos/financas/dre-bp-e-dfc-o-que-e-isso-1355/>> .

4 FLUXO DE CAIXA E SUAS CARACTERÍSTICAS

O fluxo de caixa é geralmente apresentado como o registro do total das entradas e saídas de caixa. A sua contribuição está essencialmente ligada à indicação de períodos de caixa positivos e negativos, sobretudo no futuro, este é da maior importância para a gestão da empresa, pois permite atuar preventivamente para fornecer à empresa os recursos adequados, ou ajustar suas realizações à disponibilidade dos recursos com os quais ela pode operar. Defende também que se deve considerar que o fluxo de caixa não deve e não pode ser um substituto da contabilidade, mas um complemento à tomada de decisão, até porque os contadores serão sempre fontes de informação para a formação dos fluxos de caixa. (KUHN, 2012).

Conforme Zdanowicz (2000), o fluxo de caixa é um “instrumento que permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para determinado período” (ZDANOWICZ, 2000, p.19).

No entanto, Sá (2008, p. 11) tem como definição que o fluxo de caixa é “o método de captura e registro dos fatos e valores que provoquem alterações no saldo de caixa e sua apresentação em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise”.

Desta forma, a partir do acompanhamento diário do fluxo de caixa, podem ser extraídos relatórios que trazem informações valiosas sobre os fluxos financeiros da sua empresa. Com esses dados, os gestores podem avaliar as ações que podem ser tomadas, seja para reduzir custos ou melhorar a lucratividade. O controle de fluxo de caixa permite que os administradores de negócios entendam melhor as atividades empresariais, alocação de recursos, identifiquem lacunas financeiras, conseguindo compreender onde estão os maiores pontos de receita da empresa e muito mais.

O fluxo de caixa deve ser controlado pelo gestor, a fim de que evite os problemas com liquidez, pois é o levantamento de entradas e saídas de recursos da empresa. Contudo, entende-se que o fluxo de caixa é uma ferramenta financeira que controla toda movimentação monetária ocorrida nas contas de disponibilidades da empresa, como caixa, banco e aplicação financeira, durante um determinado período de tempo. (FERREIRA, TÓFOLI, SILVA, 2018, p. 776).

Assim, o empresário, ao conceder atrasos para pagamento ou a clientes, pode gerar a necessidade de levantar para pagar as obrigações e, portanto, envolver em despesas financeiras. E isso deve ser considerado como o custo ao calcular, por exemplo, os preços cobrados nas vendas a prazo. O aporte de caixa é, portanto, fundamental para a compreensão do próprio negócio e das implicações das decisões tomadas (PIVETTA, 2005).

A demonstração do fluxo de caixa é o sangue que corre nas veias da empresa, diferente da DRE, que é mais lúcido, que apenas mostra se a empresa vai bem ou não, pois, sem o fluxo de caixa, a empresa vai falir, mesmo que apresente o lucro contábil na DRE.

Segundo Costa et al. (2009, p. 25)

A DFC é um instrumento importante para a gestão financeira, pois, esta demonstração já comprovou ser de extrema utilidade para diversos fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente no que diz respeito aos aspectos financeiros que envolvem o dia-a-dia da entidade.

Desta forma, a DFC tem alguns problemas, conforme Macedo et al. (2011, p. 306),

Um dos problemas observados na DFC consiste na classificação das entradas e saídas de caixa, segundo a natureza da transação que por vezes pode acarretar ambiguidades, a exemplo dos fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e juros sobre o capital próprio. Os juros pagos e recebidos, bem como os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos, podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que compõem o lucro ou o prejuízo do exercício. Sob outro ponto de vista, os juros pagos podem ser compreendidos como custos da obtenção de recursos financeiros, podendo, portanto, alternativamente, ser classificados nos fluxos de financiamento, mantendo coerência com a classificação de recebimentos e pagamentos dos empréstimos, como atividade de financiamento.

4.1 Regime de Caixa e Competência

O regime de caixa e o regime de competência são ferramentas usadas para contabilizar transações comerciais. Existem diferenças tanto na receita quanto na despesa, mesmo quando

são baseadas nas mesmas transações. Portanto, o ideal é como cada uma delas e em que tipo de situação as opções são mais adequadas.

O regime de caixa é mais difícil de manipular pelo setor financeiro que o regime de competência. Desta forma, com o regime de competência, a receita de despesas aparece pelo surgimento dos respectivos eventos geradores, entrada ou saída de caixa da entidade. Além disso, temos que as expressões expiram e são exclusivas da contabilidade de competência e significam que o tributável ainda ocorrerá. Nesta linha, quando ocorre o evento que deu origem a uma despesa, dizemos que a despesa foi incorrida, que quando ocorre o evento que deu origem a uma receita, dizemos que a receita foi conquistada ou alcançada.

Por outro lado, o regime de caixa, ocorrem despesas e receitas, respectivamente, com saídas de caixa e entradas de caixa no negócio. Assim, outros eventos não afetam a base de caixa, apenas a prestação de serviços ou o uso efetivo de um ativo. Ou seja, se não houver dinheiro, não há impacto no resultado, nem dinheiro. Em suma, o regime de caixa é a base que aloca receitas e despesas no recebimento ou pagamento real, independentemente de quando foram feitas.

Santos et al. (2012, p. 4) dizem que,

O regime de competência retrata os fatos quando seus efeitos são produzidos, ou seja, no momento de sua ocorrência. Informações que demonstram a performance da entidade no momento em que há mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações, e não quando o recurso é adicionado ao caixa pelos investidores e credores, são importantes para se analisar a capacidade passada e a futura da entidade em gerar fluxos de caixa líquido. As informações geradas pela competência podem indicar um evento passado que possa ter provocado aumento ou diminuição dos recursos econômicos, afetando assim a capacidade de a empresa gerar entradas de fluxo de caixa futuro líquido positivo. O regime de competência é alicerçado em um dos Princípios da Contabilidade, o da Competência.

O regime de caixa reconhece os fatos de que há um recebimento, no caso de receita, o desembolso de dinheiro para despesas. Assim, este esquema demonstra, pela diferença entre o que se recebe e o que se paga, o resultado da empresa em determinado período. Em geral, este esquema é utilizado nos relatórios de gestão das empresas e serve de instrumento para a tomada de decisões no domínio da administração financeira. As informações geradas no

regime de caixa, na maioria das vezes, complementam as informações fornecidas pelo regime de competência. Embora a contabilidade de competência seja um requisito geral, o setor público tem usado contabilidade de caixa para suas demonstrações financeiras.

É o regime pelo qual se processam as movimentações de recebimentos e de pagamentos de valores por caixa, independentemente do fato gerador de receitas e despesas ter ocorrido ou não. Em realidade, é regime de gestão financeira e não de Contabilidade. Nesta, contudo, costuma-se registrar as receitas pelo regime de caixa, em que pese ser consequência de uma interpretação equivocada da legislação financeira, cujo dispositivo, art. 35, I e II, da Lei 4.320/64, foi acima analisado. (REIS, 2006, p. 13)

O regime de competência é aquele em que as receitas, despesas e outras são contabilizadas e imputadas ao exercício em que ocorre o respectivo fato gerador. Assim, a primeira ação a ser tomada, antes do lançamento, é a operação que dá origem a um produto ou despesa para o respectivo fato gerador, conforme ilustrado abaixo:

Receita de convênio – o fato gerador é a aplicação efetiva dos recursos conveniados naquilo que constitui o objeto do convênio; Receita de impostos de lançamento direto e/ou por homologação – o fato gerador é estabelecido na lei tributária do município, da qual surge o direito líquido e certo à percepção do respectivo valor; Despesa – o seu fato gerador é o consumo efetivo, imediato ou de longo prazo, de bens e/ou serviços nas atividades da organização. (REIS, 2006, p. 15)

Assim, a maneira mais fácil de diferenciar ambas é verificar como as transações são registradas nos sistemas de negócios. Basicamente, o regime de caixa é apenas sobre entradas e saídas de caixa. Portanto, qualquer transação de compra ou venda que não gere fluxos de caixa não deve ser registrada em regime de caixa. No caso do regime de competências, a necessidade do fato gerador é maior que o fluxo de dentro das entidades. Os registros devem ser consistentes e gerarão as obrigações de um estabelecimento. No futuro, quando a empresa receber os valores de uma venda a prazo, estes não terão influência nos valores de impostos a serem pagos, sendo apenas embolsados pelas instituições e registrados em dinheiro ou em contas bancárias.

4.2 Método direto e indireto de elaboração do demonstrativo do fluxo de caixa

O fluxo de caixa de uma empresa para um período é estruturado na DFC por meio de fluxos operacionais, de investimento e financiamento, e as informações da DFC da empresa podem ser expostas por dois métodos, sendo ele o direto e o indireto.

Segundo Costa et al. (2009, p. 31),

No que diz respeito ao método direto ele consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas, ou seja, gera informações com critérios técnicos. Como também, pelo método direto estrutura-se a DFC a partir das movimentações efetivadas financeiramente e constantes nos relatórios contábeis do caixa e equivalentes de caixa. Pois o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos de fornecedores e empregados.

Já o método indireto, ainda com as pesquisas de Costa et al. (2009), o método indireto consiste em estender a análise dos itens atuais às variações dos itens atuais, excluindo caixa e caixa, cuja variação está em processo de análise. Acrescentam ainda que, por este método, foram ajustados ao lucro líquido pelo valor de operações como receitas e despesas, mas que não afetaram o caixa e caixa equivalentes, de modo que sua variação ao longo do período pode ser demonstrada. O método indireto reconcilia o resultado líquido e o gerado pela exploração, por isso também é chamado de método de reconciliação.

A demonstração do fluxo de caixa demonstra a origem e a aplicação do caixa que passou pelo caixa durante um determinado período e o resultado desse. Em outras palavras, é uma demonstração contábil cuja principal função é apresentar as entradas e saídas de caixa de uma entidade durante um período. Esta declaração usa linguagem e conceitos simples para se comunicar melhor com a maioria dos usuários de demonstrações financeiras.

A caixa considerada na elaboração da demonstração inclui caixa, depósitos bancários disponíveis e líquidos de curtíssimo prazo, que são facilmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a riscos insignificantes de mudança de valor. Estes

últimos conhecidos como equivalentes de caixa. Quando as empresas trabalham com fluxos de caixa, é importante que tenham um instrumento que lhes permitam demonstrar as finanças realizadas, o que permite melhores análises e decisões quanto à aplicação dos recursos financeiros disponíveis na empresa.

Assim, com o advento da Lei 11.638/2007, em vigor desde a atualização da parte contábil contida no original das empresas, a demonstração do fluxo de caixa passou a ser obrigatória para as empresas abertas, embora já tenha sido o assunto das demonstrações financeiras anteriores à mesma data. Entretanto, sua regulamentação só ocorreu em agosto/2008, pela deliberação n. 547 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que adota o parecer técnico 03 emitido pelo conselho consultivo Contábeis. De acordo com esta demonstração, caberá à empresa utilizar o método direto ou indireto para apresentar a demonstração do fluxo de caixa.

5 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO FLUXO DE CAIXA

A análise vertical (AV) e a análise horizontal (AH) são apresentadas como uma das demonstrações financeiras avaliativas, como pode ser observado a partir dos conceitos identificados abaixo.

Segundo D'Avila et al. (2014, p. 28),

A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas Análise por Coeficientes, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a percentagem de participação de cada elemento no conjunto. Através da análise vertical verifica-se a participação de cada elemento em relação ao todo. E é no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados de Exercício que sua aplicação tem maior importância.

Silva (2006 apud D'ÁVILA, 2014) também diz que, o primeiro objetivo da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item em uma demonstração contábil em relação a uma determinada referência. No balanço patrimonial, por exemplo, é comum saber o percentual que cada item representa em relação aos ativos.

Já a Análise Horizontal conforme Blatt (2001, p. 60 apud D'ávila, 2014, p 28) define a AH da seguinte maneira,)

Tem por objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos. A análise horizontal compara percentuais ao longo de períodos, ao passo que a análise vertical compara-os dentro de um período. Esta comparação é feita olhando se horizontalmente ao longo dos anos nas demonstrações financeiras e nos indicadores.

A análise vertical, também chamada por alguns de para-analistas, é aquela pela qual cada um dos elementos do conjunto se compara ao total do conjunto. Mostra a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto. E é no do balanço e da conta do ano que a sua aplicação é mais importante. O primeiro objetivo da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item em uma demonstração contábil em relação a um determinado *benchmark*. No balanço patrimonial, por exemplo, é atual o percentual que representa cada item em relação ao ativo.

Vale lembrar que o resultado apresentado pela vertical deve ser analisado juntamente com a análise horizontal e outros índices como: liquidez, endividamento e rentabilidade.

Já a análise horizontal verifica a variação das contas que compõem as demonstrações financeiras em diferentes momentos. Para isso, costuma-se pegar o primeiro com base de 100 e estabelecer a evolução dos exercícios em relação a essa base inicial. A análise horizontal é baseada na evolução de cada conta, uma série de demonstrações financeiras por em relação ao estado anterior em relação ao estado financeiro básico, geralmente o antigo. A variação desta análise ocorre quando nos anos seguintes ultrapassa 100% ou o que falta 100%.

6 PROCEDIMENTO, BENEFÍCIOS E RELEVÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

O desenvolvimento do controle de caixa começa com a apresentação do saldo de abertura da conta de caixa, aplicações bancárias e continua com o registro de todas as entradas de caixa. Os insumos serão obtidos pela venda de bens a prestação de serviços, os recebimentos da venda de ativos fixos ou o lucro gerado por o fluxo de caixa. As saídas ocorrerão devido ao pagamento de despesas comerciais, como despesas, fornecedores,

aquisição de novos ativos, pagamento de empréstimos bancários, impostos, outros, conforme mostra a figura abaixo. (FERREIRA, TÓFOLI, SILVA, 2018).

Figura 1 – Diagrama do funcionamento do fluxo de caixa



Fonte: Sebrae (2018).

Também é importante realizar um controle de fluxo de caixa previsto, para prever o valor do capital de giro da empresa em um determinado período. Com o caixa realizado antecipadamente, o gestor estará apto para as situações de falta ou sobra de caixa em caixa, quanto e quais serão os compromissos do bem como a previsão do recebimento de caixa de vendas à vista e recebimentos de clientes que possuem crédito.

Com base nesta argumentação, Tófoli (2012) observou que é necessário controlar e registrar criteriosamente as entradas e saídas monetárias que ocorrem e que através do controle de fluxo de caixa o gestor pode verificar se a empresa terá os recursos para administrar as obrigações na data de vencimento. Porém, para isso, o administrador dispõe de diversos métodos que podem ser utilizados para realizar esse controle, como obtenção de sistema informatizado, execução em papel ou até mesmo em planilha Excel (TÓFOLI, 2012).

O controle de caixa, além de ser um financiador, também é considerado uma ferramenta de gestão, pois proporciona diversas vantagens aos gestores a fim de auxiliar na tomada de decisões. Esse controle permite avaliar a capacidade da empresa para caixa antes mesmo de assumir novos, verificar se você vai trabalhar com folgas financeiras; obter informações relevantes sobre o melhor momento para realizar promoções comerciais e a concessão das condições de pagamento mais adequadas no período, verificar quais atividades consomem mais dinheiro e aquelas que contribuem para o aumento dos recursos financeiros.

Ferreira, Tófoli e Silva (2018) argumentam que graças a esse controle, é possível planejar as necessidades de arrecadação de recursos e aplicá-los sem comprometer a liquidez, planejar e controlar os recursos destinados ao equilíbrio financeiro dos ingressos e

desembolsos. Mediante a isso, graças às informações fornecidas por este é possível ao administrador identificar a situação durante o período e fazer declarações em caso de falta ou sobras de caixa, o desenvolvimento do controle de fluxo de caixa fornece informações que auxiliam os gestores na tomada de decisões. Com base nisso, é possível entender que esse controle não serve apenas para verificar se a empresa terá ou não saldos de caixa, mas também auxilia os gestores na tomada de decisão de um perímetro geral da companhia.

A partir do monitoramento rotineiro do fluxo de caixa, é de grande relevância extrair relatórios que fornecem informações valiosas sobre as movimentações financeiras da sua empresa. É graças a esses dados que os gestores podem saber quais ações podem ser tomadas, seja para reduzir custos ou aumentar a lucratividade. O monitoramento do fluxo de caixa permite que os diretores entendam melhor quais atividades são mais onerosas para o negócio, alocando recursos, encontrando lacunas financeiras, entendendo onde está o ponto principal da receita da empresa entre outros aspectos.

Segundo Silva e Vieira (2020), independentemente do tamanho ou setor, é extremamente importante que as empresas adotem controles com contas a pagar e contas a receber para inconsistências em todo o setor. A empresa deve adotar novos procedimentos e aprimorar aqueles que já foram implantados, portanto são necessários: acompanhamento de faturamento, recebimentos e desembolsos, relatórios, tabelas comparativas, são ferramentas que permitem ao gestor, seja ele gerenciando ou interferência rápida nas situações cotidianas da empresa, orientando as decisões do futuro que deseja, manuais internos de padronização de processos.

As atividades operacionais demonstram que a empresa possui operações normais de caixa, com capacidade de manter o corpo operacional da entidade, sem a necessidade de fontes externas de financiamento. Desta forma, pode ser classificado como caixa: cobrança de vendas de produtos ou serviços, cobrança de aluguéis e outros. E como saída, pagamento a fornecedores, pagamento de impostos e pagamento de encargos financeiros.

As atividades de investimento estão diretamente relacionadas à variação dos ativos não circulantes, utilizados em seus ativos. Venda de imobilizado e recebimento de vendas de participações societárias em empresas, pois o resultado pode ser a compra de bens e o desembolso de empréstimos por eles concedidos. No entanto, as atividades de financiamento são importantes para antecipar as obrigações de fluxo de caixa futuro dos provedores de capital da organização. Comparável entre empréstimos de credores e investidores, o pagamento de dividendos ou resgate de ações da empresa.

Assim, o fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas é de grande relevância, pois, a ferramenta de fluxo de caixa permite ao proprietário avaliar a geração de caixa da empresa, verificar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros, avaliar as vendas realizadas, identificar quando reabastecer o estoque, a possibilidade de aproveitar as promoções de seus fornecedores e antecipar decisões com ou sem liquidez. Pois, o que caracteriza uma pequena empresa é o faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões por ano ou emprega de 10 a 49 pessoas no comércio e serviços ou de 20 a 99 pessoas na indústria. uma pequena empresa

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o controle do fluxo de caixa para a saúde financeira das pequenas empresas é de grande relevância. Pois, o monitoramento do fluxo de caixa permite aos diretores entenderem melhor quais atividades custam mais ao negócio, alocar recursos, encontrar lacunas financeiras, entender onde está o principal ponto de receita da empresa e muito mais.

Para empresas em busca de crescimento, o controle por uma boa gestão do caixa deve ser como uma tarefa essencial, pois permite que os líderes vejam com clareza as evoluções financeiras da empresa. Graças a esse controle, pode-se ter um sólido da saúde financeira das operações da empresa, das quais é possível vislumbrar ações no médio e longo prazo em busca do crescimento do negócio.

Assim, o controle do fluxo de caixa para a saúde financeira das pequenas empresas se resulta em bons resultados, basicamente, o fluxo de caixa é essencial, pois denota a organização empresarial. Sem este método, não é possível calcular os recursos que entram e saem da empresa. O caixa pode ser imaginado como o instrumento que guarda o dinheiro recebido nas vendas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Fabiano. **Análise financeira de uma empresa através da demonstração do fluxo de caixa:** um estudo de caso. UFSC, 2009. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291282.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2022.

D'AVILA, Simone. **Análise Horizontal e Vertical dos Demonstrativos Financeiros: Estudo de Caso em Uma Indústria Alimentícia de Marília – SP.** Marília, SP: [s.n.], 2014. 44 fls. Disponível em:< <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1159/TCC%20-%20Final.PDF?sequence=1>>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras.** Rio de Janeiro: SESES, 2015. 176 p.: il. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2022.

FERREIRA, A. P.; TÓFOLI, E. T.; SILVA, I.C. A importância do controle de fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 02, n. Especial 2, Jul/Dez, 2018, p.774-781 DOI: 10.5747/cs.2018.v02.nesp2.s0366. Disponível em:< <http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Ci%C3%A1ncias%20Cont%C3%A1beis/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20CONTROLE%20DE%20FLUXO%20DE%20CAIXA%20PARA%20AS%20MICRO%20E%20PEQUENAS%20EMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 19/03/2022.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GOMES, M. J. O.; MORAES, L. S. **A importância do fluxo de caixa para a organização financeira da empresa x.** – FASB, 2012. Disponível em:< <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-maria.pdf>>. Acesso em: 12/03/2022.

KUHN, Ivo Ney. **Gestão financeira.** Ijuí: Unijuí, 2012.

MACEDO, M. A. S.; et al. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 299-318, set./out./nov./dez. 2011. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/rcf/a/YjKvTPN6rckVZC3g3yYtRvG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 25 de abril de 2022.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIVETTA, Geize. **A utilização do fluxo de caixa nas empresas: um modelo para a pequena empresa**. Volume I. N.2 Dez/2004-Fev/2005. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/231191808.pdf>>. Acesso em: 12/03/2022.

PIZZANI, Luciana. A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez.2012 – ISSN 1678-765X. Disponível em: <file:///C:/Users/PC-5/AppData/Local/Temp/1896-Texto%20do%20artigo-2549-1-10-20150409-1.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

REIS, Heraldo da Costa. Regime de caixa ou de competência: eis a questão. **Revista de Administração Municipal**. Municípios, Rio de Janeiro, v. 52, n. 260, p. 37-48, out./dez. 2006.

SANTOS, R. A. M.; et al. **Impactos do uso do regime de caixa e competência na elaboração dos demonstrativos contábeis**: um estudo de caso. UFSJ, 2012. Disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos18/20126226.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2022.

SÁ, C. A. **Fluxo de caixa**: a visão da tesouraria e da controladoria. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEBRAE. **Fluxo de caixa:** o que é e como implantar. Disponível em:<
[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-
%20implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-%20implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD)>. Acesso em:
19/03/2022.

SILVA, A. C. C.; VIEIRA, T. M. **Aplicação do fluxo de caixa em micro e pequena empresa.** – Doctum, 2020. Disponível em:<
[https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3566/1/Ana%20Claudia%20Cabral%20da
%20Silva_Prod..pdf](https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3566/1/Ana%20Claudia%20Cabral%20da%20Silva_Prod..pdf)>. Acesso em: 12/03/2022.

TÓFOLI, Irso. **Administração financeira empresarial.** São José do Rio Preto: Raízes Gráfica e Editora, 2012.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa:** uma decisão de planejamento e controle financeiro. 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, TATIANA KARENINA SANTOS FREIRE, acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Amadeus/FAMA, orientada pelo Prof. Me. Lucas Silva Pedrosa, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema versa sobre: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA PARA A SAÚDE FINANCEIRA DAS PEQUENAS EMPRESAS, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia da autora com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 07/12/2022.

Tatiana Karenina Santos Freire

TATIANA KARENINA SANTOS FREIRE

CPF: XXX.685.385-XX